

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2025**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO

MORADA: Praça Exército Libertador, 53

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Ramalde

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4250-205



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

DATA _____

ASSINATURAS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 429,37	3 417,21
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	0,00	1 432,31
		2 429,37	4 849,52
Ativo corrente			
Inventários	6	135,79	161,51
Créditos a receber	11.13	5 170,81	3 297,22
Estado e outros entes públicos	11.6	35,97	1 214,69
Diferimentos	11.2	2 011,70	7 857,12
Outros Ativos Correntes	11.7	6 011,55	8 477,10
Caixa e depósitos bancários	11.3	328 590,60	225 790,79
		341 956,42	246 798,43
Total do ativo		344 385,79	251 647,95
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.4	3 811,21	3 811,21
Resultados transitados	11.4	202 390,76	197 681,95
		206 201,97	201 493,16
Resultado líquido do período		84 565,90	4 708,81
Total dos fundos patrimoniais		290 767,87	206 201,97
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	2 873,50	319,80
Estado e outros entes públicos	11.6	9 514,91	6 698,26
Outros passivos correntes	11.7	41 229,51	38 427,92
		53 617,92	45 445,98
Total do passivo		53 617,92	45 445,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		344 385,79	251 647,95

A Direção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500886024

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	7	439 921,31	373 245,69
Subsídios, doações e legados à exploração	11.8	13 948,45	17 173,49
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-14 224,07	-12 704,65
Fornecimentos e serviços externos	11.9	-73 525,16	-96 718,11
Gastos com o pessoal	9	-295 471,81	-288 814,65
Outros rendimentos	11.10	13 124,14	10 822,00
Outros gastos	11.11	-213,00	-2 422,49
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		83 559,86	581,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-987,84	-861,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		82 572,02	-280,09
Juros e rendimentos similares obtidos	11.12	1 993,88	4 988,90
Resultados antes de impostos		84 565,90	4 708,81
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		84 565,90	4 708,81

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		439 921,31	373 245,69
Pagamentos a fornecedores		-37 378,12	-62 064,84
Pagamentos ao pessoal		-183 572,79	-180 935,23
Caixa gerada pelas operações		218 970,40	130 245,62
Outros recebimentos/pagamentos		-118 903,57	-127 987,05
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		100 066,83	2 258,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-2 505,99
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1 993,88	4 988,90
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1 993,88	2 482,91
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		739,10	2 600,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		739,10	2 600,04
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		102 799,81	7 341,52
Caixa e seus equivalentes no início do período		225 790,79	218 449,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.3	328 590,60	225 790,79

A Direção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500886024

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CRECHE	PRÉ ESCOLAR	CENTRO CONVÍVIO	PERÍODOS	
					2025	2024
Vendas e serviços prestados	7	147 388,60	254 593,01	37 939,70	439 921,31	373 245,69
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 / 9	-80 568,40	-207 293,99	-21 833,49	-309 695,88	-301 519,30
Resultado Bruto		66 820,20	47 299,02	16 106,21	130 225,43	71 726,39
Subsídios, doações e legados à exploração	11.8	2 166,22	6 960,62	4 821,61	13 948,45	17 173,49
Outros Rendimentos	11.10/11.12	4 788,72	9 677,00	652,30	15 118,02	15 810,90
Gastos administrativos	4 / 11.9	-11 508,63	-38 372,19	-24 632,18	-74 513,00	-97 579,48
Outros Gastos	11.11	-31,95	-106,50	-74,55	-213,00	-2 422,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		62 234,56	25 457,95	-3 126,61	84 565,90	4 708,81
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		62 234,56	25 457,95	-3 126,61	84 565,90	4 708,81
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		62 234,56	25 457,95	-3 126,61	84 565,90	4 708,81

A Direção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2025**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Ativos Intangíveis	11
6	Inventários	11
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e Apoios do Governo	12
9	Benefícios dos Empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
11	Outras Informações	13
11.1	Investimentos Financeiros.....	13
11.2	Diferimentos.....	13
11.3	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
11.4	Fundos Patrimoniais.....	13
11.5	Fornecedores	14
11.6	Estado e Outros Entes Públicos	14
11.7	Outros Ativos e Passivos Correntes	14
11.8	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	15
11.9	Fornecimentos e Serviços Externos	15
11.10	Outros Rendimentos	15
11.11	Outros Gastos	15
11.12	Resultados Financeiros	16
11.13	Créditos a Receber	16
11.14	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	16
11.15	Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº76 de 1 de Abril de 1957, com sede na Praça Exército Libertador, n.º 53 Porto.

Tem como objetivos contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as Instituições Privadas, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

- As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas. O montante tem de ser resgatado até 31 de dezembro de 2026.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Outras Contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras Contas a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Edifícios e Outras Construções	1 177,16				1 177,16
Equipamento Básico	89 872,12	0,00			89 872,12
Equipamento Administrativo	16 616,77	0,00			16 616,77
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 885,11				1 885,11
Ativo Tangível Bruto	109 551,16	0,00	0,00	0,00	109 551,16
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	1 177,16				1 177,16
Equipamento Básico	87 227,48	768,55			87 996,03
Equipamento Administrativo	15 844,20	219,29			16 063,49
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 885,11				1 885,11
Depreciações Acumuladas	106 133,95	987,84	0,00	0,00	107 121,79
Ativo Tangível Líquido	3 417,21	-987,84	0,00	0,00	2 429,37

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Programas de Computador	1 832,58				1 832,58
Ativo Intangível Bruto	1 832,58	0,00	0,00	0,00	1 832,58
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	1 832,58				1 832,58
Depreciações Acumuladas	1 832,58	0,00	0,00	0,00	1 832,58
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2025	2024
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	135,79	161,51
Total	135,79	161,51

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2025	2024
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	161,51	130,69
Compras	989,00	528,12
Doações	13 209,35	12 207,35
Saldo Final	135,79	161,51
Gastos do Período	14 224,07	12 704,65

7 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2025	2024
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores	39 251,71	45 958,70
ISS, IP – Acordos Cooperação	400 669,60	327 286,99
Total	439 921,31	373 245,69

8 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2025			2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	0,00	0,00	400 669,60	0,00	0,00	327 286,99
Total		0,00	0,00	400 669,60	0,00	0,00	327 286,99

9 Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2024, foram de “8”.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 e 2025 foi, de 14.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações do Pessoal	240 020,10	233 592,07
Indemnizações	394,88	750,00
Encargos Sobre as Remunerações	50 852,07	49 584,47
Seguros de Acidentes Trabalho	2 072,09	3 675,44
Outros Gastos com o Pessoal	2 132,67	1 212,67
Total	295 471,81	288 814,65

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Outros Investimentos Financeiros		
FCT - Fundos Compensação Trabalho (1)	0,00	1 432,31
Total	0,00	1 432,31

(1) O valor foi transferido para Outros Ativos Correntes (11.7), porque tem de ser resgatado até 31 de dezembro de 2026

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	611,70	592,38
Rendas Antecipadas	1 400,00	1 400,00
Obras Remodelação	0,00	5 864,74
Total	2 011,70	7 857,12

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	5,51	4,93
Depósitos à Ordem	2 881,23	1 214,99
Cartão Recarregável	206,54	70,87
Depósitos a Prazo	325 497,32	224 500,00
Total	328 590,60	225 790,79

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3 811,21			3 811,21
Resultados Transitados	197 681,95	4 708,81	0,00	202 390,76
Total	201 493,16	4 708,81	0,00	206 201,97

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	2 873,50	319,80
Total	2 873,50	319,80

11.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Estado e Outros Entes Públicos	35,97	1 214,69
Total	35,97	1 214,69
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	2 642,00	1 588,25
Segurança Social	6 872,91	5 110,01
Total	9 514,91	6 698,26

11.7 Outros Ativos e Passivos Correntes

As rubricas “Outros Ativos Correntes” e “Outros Passivos Correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
ATIVOS				
ISS- Dotação a receber Janeiro 2026		1 637,27		4 410,89
Adiantamento a Fornecedores		0,00		1 124,24
FCT - Fundos Compensação Trabalho (2)		1 432,31		0,00
Outros Devedores e Credores		2 941,97		2 941,97
Calvário do Carvalhido		1 300,00		1 300,00
Fábrica Igreja		1 641,97		1 641,97
Total	0,00	6 011,55	0,00	8 477,10
PASSIVOS				
Credores por Acréscimo de Gastos				
Remunerações a Liquidar		40 879,65	0,00	38 262,44
Electricidade		269,76	0,00	110,21
Água		80,10	0,00	55,27
Total	0,00	41 229,51	0,00	38 427,92

2) ver nota 11.1

11.8 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Doações e Heranças - Donativos	13 948,45	17 173,49
Total	13 948,45	17 173,49

11.9 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos - Refeições	27 454,50	26 442,00
Serviços Especializados	14 071,03	36 062,96
Materiais	306,95	387,29
Energia e Fluidos	5 445,36	7 738,69
Deslocações Estadas - Utentes	9,00	7,65
Serviços Diversos	25 833,39	26 049,32
Encargos com Utentes	404,93	30,20
Total	73 525,16	96 718,11

11.10 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Benefícios Penalidades Contratuais	435,00	0,00
Indemnização Seguros	896,14	0,00
Subsídio Alimentação Espécie	11 793,00	10 822,00
Total	13 124,14	10 822,00

11.11 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Quotizações	213,00	315,00
Imposto sobre valor acrescentado	0,00	2 107,49
Total	213,00	2 422,49

11.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		
Juros Obtidos	1 993,88	4 988,90
Total	1 993,88	4 988,90
Resultados Financeiros	1 993,88	4 988,90

11.13 Créditos a Receber

A rubrica "Créditos a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Clientes		
Utentes	5 170,81	3 297,22
Total	5 170,81	3 297,22

11.14 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2025, foi o seguinte:

Creche: 20

Pré-Escolar: 66

Centro de Convívio: 45

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subseqüentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 20 de Abril de 2026

O Contabilista Certificado

A Direção